

## RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

### **REFERÊNCIA**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025**

Processo nº 003631/2025 de 07 de agosto de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - Sedecult

ID CiudadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0019

Trata-se de impugnação **IMPETRADA** pela empresa **TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Afonso Claudio, nº 12, Bairro Riviera da Barra, Vila Velha/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 09.177.375/0001-04.

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII** e seus subitens, do Edital, qual transcrevo:

#### ***XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO***

*17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.*

*17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

*17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com).*

*a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;*

*b) Procuração (quando for o caso);*

*c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.*

*17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.*

*17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação*

*17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.*

A sessão de abertura foi marcada para o dia **24/09/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **09/09/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **10 (dez) dias úteis** para a modalidade pregão, para serviços comuns, conforme letra "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **18/09/2025**, registrado recebimento às **16h52min**, por meio de endereço eletrônico: **licitacao@itarana.es.gov.br**, ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Como sabido, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade** para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do **interesse público**.

### **1 - DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE.**

*A falta de exigência no edital de registro na entidades profissionais competentes, na definição das parcelas de maior relevância e valor significativo e registro do Corpo de Bombeiros.*

### **2 – DO PEDIDO**

Transcrevo:

*"Aduzidas as razões que balizaram a presente impugnação, esta impugnante requer, com supedâneo na Lei nº 14.133/2021, a análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório **seja retificado nos assuntos ora impugnados, adequando-se aos termos das legislações vigentes e aos princípios basilares da Administração Pública, principalmente os princípios da legalidade, segurança, vantajosidade, economicidade e razoabilidade, que foram flagrantemente violados.***

*A correção destes itens tornará obrigatória a renovação do prazo mínimo entre a publicação e a data da entrega dos envelopes contendo a documentação dos interessados, já que, certamente, a manutenção do edital na forma atual não resistirá aos ataques do Ministério Público e do Tribunal de Contas, quando cuidadosamente acionados.*

*Requer o impugnante, portanto, a alteração do edital, conforme razões expostas acima, e a renovação do prazo para formulação de proposta.*

*Requer, finalmente, em sendo indeferido o presente, façam-no conhecer a autoridade superior competente, em conformidade com as disposições do art. 164, II, § 2º da Lei nº 14.133/2021.*

### **3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.**

A fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro, considerando que os pontos impugnados são de matérias eminentemente técnicas, os autos foram remetidos a secretaria demandante para análise do mérito da peça. A área técnica assim se manifestou de acordo com os argumentos apresentados:

**Re: IMPUGNAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025**

De SEDECULT - PM Itarana ES <[sedecult@itarana.es.gov.br](mailto:sedecult@itarana.es.gov.br)>  
Para <[licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br)>  
Data 19/09/2025 10:27  
Prioridade Mais alta

RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO.pdf (~203 KB)

Prezado;

Segue em anexo a resposta de Impugnação.

Att;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO.**

Em 19/09/2025 07:22, [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br) escreveu:

A/c

Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo – Sedecult

Prezados, bom dia!

Informo que foi recebido Impugnação da empresa TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.177.375/0001-04, referente ao edital do Pregão Eletrônico Nº 006/2025, cujo objeto é a contratação pelo Sistema de Registro de Preços, de locação temporária de estruturas físicas com fornecimento de mão de obra e serviços técnico-operacionais, destinadas à realização de eventos culturais promovidos pela Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult).

Por se tratar de ordem técnica, encaminho este e-mail para conhecimento, análise e subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos iniciais de planejamento, para a devida decisão e resposta para a empresa.

Solicito retorno até o expediente de hoje, 19/09/2025 às 15h00min, em atendimento ao parágrafo único do artigo 164 da Lei 14.133/2021.

Observação: Havendo necessidade de tempo maior para solucionar as questões, favor informar para a devida suspensão do certame. No silêncio, o mesmo será suspenso ainda hoje 19/09/2025 às 15h30min.

Atenciosamente,

MARCELO RIGO MAGNAGO  
Pregoeiro e Agente Contratação  
Prefeitura Municipal de Itarana/ES  
Contatos: (27) 3720-4605 - Fixo / PMI



## ANÁLISE PEDIDO IMPUGNAÇÃO

### REFERÊNCIAS

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Processo nº 003631/2025 de 07 de agosto de 2025

Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - Sedecult

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0019

**IMPUGNANTE:** TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA - CNPJ 09.177.375/0001-04

Inicialmente, cabe ressaltar que a Procuradoria, órgão de assessoramento jurídico desse município, realizou o controle prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório, mediante análise jurídica da contratação, dos documentos de planejamento, minuta de Edital e contrato, conforme preceitua o art. 53 da Lei 14.133/2021, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

De fato, a Administração Pública local, objetiva a contratação de empresa especializada para locação e montagem de estruturas, (trio elétrico médio porte – truck; sonorização de medio e grande porte estrutura; iluminação com grid de médio e grande porte; painel de led; protetor passa cabos e fios de piso; sistema de microfone sem fio profissional; sistema de filmagem locação; telão, palco, gerados e demais itens correlatos), para a realização de diversos eventos, constantes no calendário 2025/2026, que nada tem a ver com serviços de engenharia.

O art. 6º, inc. XXI, da Lei n.º 14.133/2021 define o que venha a ser serviços de engenharia, vejamos:



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**



Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso.

A simples leitura do edital de licitação impugnado deixa bem evidente que o seu objeto não se confunde de maneira alguma com serviço de engenharia como quer fazer crer a Impugnante.

Não pode confundir Locação de estruturas de obras com Locação de Estruturas de Festas.

A montagem de estruturas metálicas em obras **requer registro no CREA e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** porque envolve riscos que exigem um profissional habilitado para garantir a segurança e o cumprimento das normas. As atribuições para a montagem e o projeto de estruturas metálicas são de **engenheiros civis e/ou**



**mecânicos**, dependendo da complexidade do projeto, que são responsáveis por assinar e acompanhar a obra.

Noutro lado, as estruturas para festas **não precisam de registo no CREA** a menos que a atividade preponderante da empresa seja de engenharia ou agronomia, como indicado por jurisprudência do TRF-4 e decisões judiciais, que afirmam que a locação de estruturas temporárias, por si só, não exige este registo. No entanto, o serviço de montagem e fixação dessas estruturas **requer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** de um profissional de engenharia qualificado, que transfere a responsabilidade pela segurança ao engenheiro contratado, e isso se aplica mesmo que a empresa de eventos não seja registrada no conselho.

Portanto, a Administração não deixou de exigir da licitante vencedora a qualificação adequada para execução dos serviços. Pressupõe-se que para a emissão da ART a contratada deverá ter em seus quadros responsável técnico para acompanhar e fiscalizar os serviços ou contratar referido profissional que acompanhará especificamente o trabalho objeto da licitação, **assim exigiu no Termo de Referência:**

#### **5.4. Responsabilidade Técnica e Legal**

5.4.1. A contratada deverá apresentar, previamente à **execução de cada serviço, os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART ou TRT)**, emitidos por profissional legalmente habilitado e compatível com a atividade exercida, especialmente para montagem de estruturas físicas, sistemas elétricos temporários e equipamentos cênicos:

I – Montagem e instalação de estruturas metálicas, como palcos, praticáveis, grids de iluminação, pórticos, tendas com tablado, estruturas elevadas, e outros itens similares que apresentem risco à





**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**



segurança pública: requerem registro da empresa no CREA ou CFT, e ART ou TRT emitida por profissional legalmente habilitado;

II – Sistemas de sonorização e iluminação de grande porte, incluindo painéis de LED, amplificadores de alta potência, cabeamento, quadros de energia, e main power: requerem responsável técnico com registro em conselho de engenharia (CREA ou CFT) e respectiva ART/TRT para o dimensionamento e operação elétrica temporária;

III – Serviços que envolvam instalações elétricas temporárias com geradores de alta potência (160kVA, 260kVA), inclusive os que demandam aterramento e transformador isolado: deverão estar acompanhados de projeto técnico assinado, com ART ou TRT compatível e documentação de conformidade elétrica.

5.4.2. Os serviços relacionados a banheiros químicos, grupos geradores e resíduos

deverão ter comprovação de regularidade ambiental, licenciamento e destinação final, conforme exigências da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

#### 5.7.1. Estruturas físicas temporárias

5.7.2. As estruturas físicas temporárias deverão atender as seguintes exigências:

Montagem e desmontagem de palcos, praticáveis, coberturas e demais estruturas metálicas tubulares, em conformidade com o propósito da contratante, normas ABNT (NBR 15.575, NBR 16325 e correlatas) e demais regulamentações vigentes;

Garantia de nivelamento, fixação segura, ancoragem adequada com uso de lastros ou elementos equivalentes para estabilidade e segurança;



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**



**Instalação obrigatória de elementos de segurança como corrimãos, escadas, passarelas, proteções laterais e telas.**

5.7.2.1. Todos os serviços deverão ser supervisionados por responsável técnico qualificado;

5.7.2.2. Os procedimentos de montagem devem preservar o patrimônio público, evitando danos à infraestrutura do local e respeitando normas ambientais e urbanísticas.

Assim a administração acertou quanto a futura obrigação da empresa emitir os documentos que por lei são obrigatórios e não obriga a empresa que demonstre para fins de habilitação que possuem no seu quadro o devido profissional.

Já existe entendimento consolidado que a exigência de que uma empresa mantenha um profissional no seu quadro permanente de funcionários para fins de habilitação em licitações é vedada. As regras de licitação permitem que o licitante demonstre a capacidade técnica necessária por meio de declaração ou contrato futuro com um profissional qualificado, sem a necessidade de vínculo empregatício anterior à licitação.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestaram sobre a ilegalidade dessa exigência, pois ela cria um obstáculo desnecessário à participação de empresas, ferindo o princípio da competitividade, vejamos:

“É vedada a exigência de que a empresa licitante mantenha profissional apto a realizar o objeto licitado em seu quadro permanente de funcionários como condição de habilitação em licitação, bastando a contratação ou declaração de contratação futura de profissional com a respectiva aptidão”.





**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**



Nesse sentido, mais uma vez de forma assertiva a administração fez constar no Termo de Referência, vejamos:

**8.4.1.4.2. Declaração de Responsabilidade Técnica e Atendimento à Legislação Específica. Será exigida declaração formal da licitante comprometendo-se a:**

I – A licitante deverá apresentar, antes do início da execução contratual, os seguintes documentos obrigatórios (conforme o serviço prestado):

a) Para unidades sanitárias móveis (banheiros químicos e trailers sanitários):

- Comprovação de licenciamento ambiental, autorização sanitária e alvará municipal, quando aplicável;
- Documento que comprove destinação final ambientalmente adequada dos resíduos (resíduos líquidos sanitários);
- Registro no órgão ambiental competente ou empresa terceirizada licenciada para coleta.

**8.4.1.4.3 – Declaração de Atendimento Técnico e Legal**

**8.4.1.4.3.1.** A licitante deverá apresentar declaração formal sempre que possível, apresentado(s) em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade emitente, devidamente assinado(s), contendo comprometendo-se a:

I – Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT, legislação de segurança, normas técnicas de engenharia, recomendações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, além de quaisquer exigências do Município ou de órgão competente;

II – Obter, por sua conta e risco, todas as autorizações e licenças que se fizerem necessárias à realização dos eventos com estruturas



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**

temporárias, inclusive junto aos órgãos de fiscalização sanitária, ambiental, trânsito, e Corpo de Bombeiros;

III – Apresentar os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), certificados de conformidade, e demais documentos técnicos antes do início da execução dos serviços, conforme solicitado pela fiscalização contratual.

Verifica-se, assim, a pertinência da documentação, considerando **IMPROCEDENTE** o pedido da requerente, que seja exigido para habilitação das empresas a comprovação do Registro nas entidades profissionais competentes, **letra “a”**.

Quanto a questão constante na **letra “b”** - definição das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado, essa é uma função de identificar os componentes mais críticos e de maior complexidade técnica para a execução da obra ou serviço de engenharia, como dito acima, não é o caso dessa contratação qual é a locação de estruturas para festas por item.

Aqui o objeto é **separado por item**, podendo haver vários vencedores com locações de estruturas para festas, seguindo assim a **Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU)**, onde, determina que a licitação para objetos divisíveis deve, obrigatoriamente, ter a **adjudicação por item** (por partes), e **não por preço global**, a menos que isso gere prejuízo ao conjunto ou perda de economia de escala. O objetivo é dar oportunidade a mais empresas de participar, permitindo que licitantes com menor capacidade possam ganhar apenas os itens que conseguem fornecer, sem a obrigação de abranger o objeto inteiro.



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**



Assim, a empresa deverá apenas demonstrar que possuem atestado de capacidade técnica do item que for participar, pois esse será considerado de "maior relevância ou valor significativo" e individual.

Verifica-se, assim, a pertinência da forma como foi solicitado a qualificação técnica, considerando **IMPROCEDENTE** o pedido da requerente, letra "b".

Quanto ao registro no Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo, é irregular e restritivo à competitividade exigir que empresas licitantes tenham registro no Corpo de Bombeiros Militar para fins de qualificação técnica em licitações. Esse requisito pode ser exigido apenas da empresa vencedora, não de todas as participantes, para a fase de execução contratual, e sua inclusão indevida no edital pode ser contestada no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ou apenas que ela cumpra as licenças que devem ser emitidas na execução do objeto, assim, mais uma vez assertivamente foi posto no Termo de Referência, vejamos:

5.1.4. A execução deverá observar as normas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros, a legislação sanitária e ambiental vigente e as exigências municipais relativas ao uso de espaços públicos e controle de impacto urbano.

5.12.5. O dimensionamento da equipe de brigadistas será definido pela Sedecult e informado na OS com base na previsão de público, layout do evento, exigências legais e orientações do Corpo de Bombeiros, devendo a contratada cumprir integralmente a escala fornecida, sob pena de glosa ou sanção contratual.



#### 5.16 (...)

\* Após emitida a Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar a montagem dos itens com antecedência mínima de **04 (quatro) dias da data de início do evento**, de forma progressiva e conforme os moldes solicitados, devendo a montagem estar integralmente concluída até **24 (vinte e quatro) horas antes do início da programação**, possibilitando, quando necessário, **vistoria técnica e liberação por órgãos competentes, como o Corpo de Bombeiros;**

**8.4.1.4.3.1.** A licitante deverá apresentar declaração formal sempre que possível, apresentado(s) em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade emitente, devidamente assinado(s), contendo comprometendo-se a:

- I – Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT, legislação de segurança, normas técnicas de engenharia, recomendações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, além de quaisquer exigências do Município ou de órgão competente;
- II – Obter, por sua conta e risco, todas as autorizações e licenças que se fizerem necessárias à realização dos eventos com estruturas temporárias, inclusive junto aos órgãos de fiscalização sanitária, ambiental, trânsito, e Corpo de Bombeiros;
- III – Apresentar os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), certificados de conformidade, e demais documentos técnicos antes do início da execução dos serviços, conforme solicitado pela fiscalização contratual.



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**



Além disso, não podemos deixar de considerar que o Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo, caso considere que determinada empresa esteja atuando sem o competente registro/inscrição, tome, em relação à empresa, as devidas providências para instá-las a se adequarem, possuindo essa autarquia PODER DE POLÍCIA (atividade fiscalizatória).

Ademais, repiso que o certame licitatório não é instrumento adequado para as autarquias exercerem a sua atividade fiscalizatória, mas sim, conjunto de atos que visa garantir à Administração a execução do objeto licitado.

Verifica-se, assim, a pertinência da forma como foi solicitado a qualificação técnica, considerando IMPROCEDENTE o pedido da requerente, letra “c”.

Pelos fundamentos acima expostos, deveso Pregoeiro conhecer da impugnação oferecida pela empresa TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA - CNPJ 09.177.375/0001-04 e, no mérito, DESPROVÊ-LA, nos termos da fundamentação supra, e manter inalterado o instrumento convocatório, ficando mantida a data da sessão do Pregão Eletrônico nº. 006/2025.

Assinado por ANDRÉ FIOROTTI 111,\*\*\*,\*\*\*,\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
19/09/2025 10:25:18

**ANDRÉ FIOROTTI**

Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo

Portaria n.º 007/2025.

Assinado digitalmente. Acesso: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:57e4401-4a7a-4dc7-9a98-2f63369a2e06>  
Documento Nº 019274/2025

**Quanto ao mérito da exigência, tratando-se de matéria de ordem técnica, limito-me a acolher a manifestação da unidade demandante.**

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Pregoeiro **conhecer** da impugnação oferecida pela empresa **TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA - CNPJ 09.177.375/0001-04** e, no mérito, **DESPROVÊ-LA**, nos termos da fundamentação supra, que é parte integrante deste decisum, **decido** em manter inalterado o instrumento convocatório, ficando mantida a data da sessão do **Pregão Eletrônico nº. 006/2025**, a ser realizada no dia **24/09/2025**, às **09h00m** (horário Brasília/DF).

**É como decido**

**MARCELO RIGO MAGNAGO**

Pregoeiro Oficial

Portaria nº 070/2025